



ALÉM DA IDENTIDADE LOCAL E DA NOSTALGIA

MONTEIRO, André Jacques Martins

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social
da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
andrejmm@gmail.com*

185

RESUMO

O presente artigo propõe refletir sobre aspectos das construções da imagem de um lugar, nas quais predominam as referências de determinadas memórias e imaginários sobre o próprio passado, que se institucionalizaram como fatores de identidade e pertencimento. A intenção é discutir como a ocultação ou deslocamento das memórias que não afirmavam o ideal de civilização vigente no passado atuaram de maneira formadora e pedagógica legitimando a ordem e o poder estabelecidos atualmente. Para isso é elencado como objeto de análise o caso da cidade histórica de Vassouras, localizada no Vale do Paraíba Fluminense no Estado do Rio de Janeiro, que teve sua fundação e desenvolvimento marcados pela economia cafeeira a partir da primeira metade do século XIX, apoiando as reflexões sobre as questões postas em perspectivas propostas pelo filósofo Nietzsche e o sociólogo Norbert Elias.

Palavras-chave: Memória. Civilização. Vassouras-RJ

ABSTRACT

This paper proposes a reflection on aspects of construction of the image of a place, in which predominate the references of certain memories and imagined about the past itself, which became institutionalized as identity and belonging factors. The intention is to discuss how the concealment or displacement of memories that did not claim the prevailing ideal of civilization in the past acted in forming and pedagogical way legitimizing the order and the power currently set. For it is cast as an object of analysis the case of historic Vassouras, located in Vale do Paraíba Fluminense in the state of Rio de Janeiro, which had its foundation and development marked by the coffee economy from the early nineteenth century, supporting reflections on the issues put in perspective proposed by the philosopher Nietzsche and the sociologist Norbert Elias.

Keywords: Memory. Civilization. Vassouras-RJ



O contexto da construção de uma memória

Em algumas cidades, por diversas circunstâncias, prevaleceu na construção de sua imagem a referência da memória de um passado, com o crivo institucional de patrimônio histórico. Em geral, os aspectos arquitetônicos e urbanos que se preservaram como registros materiais diante das transformações do tempo, remetendo, em muitos casos, à nostalgia de um passado idealizado, mesclam lembranças do modo de vida nas fazendas, um glamour senhorial e um modo de vida bucólico, compondo os referenciais identitários oficiais destas localidades. Estes sentidos atribuídos por vezes ocultam – ou colocam em segundo plano – as relações de poder que se refletiram na configuração destes espaços. Assim, quando destacamos a diversidade das dinâmicas sociais, nas quais as circunstâncias de um passado evidenciam a aspiração de uma determinada ordem no conjunto das relações, as memórias deste passado apresentam-se não apenas como um fator inerente da condição humana vivendo em coletividade, mas, dentre outros aspectos, como uma construção árdua que demarca as diferenças que caracterizam uma sociedade.

A memória, dentro deste contexto e sentido, representa um conjunto de referências implícitas ou explícitas que, nos sujeitos, reportam a sua condição e seus lugares em sociedade. Enfocar a memória nesta perspectiva, como fator e consequência dos confrontos e contingências que permeiam as aspirações em urdir uma ordem, é necessário para que se fundamentem as diferenças sociais, que estabeleçam também através da memória os elementos em comum a todos os seguimentos, tais como valores e regras, que confirmam sentidos sociais a uma determinada coletividade. Partindo desta perspectiva para analisar a construção da memória como elemento de elaboração da imagem local, que inclui um sentido agregador e corrente de identidade e pertencimento, é possível evidenciar a ambivalência deste processo, que mascara a violência em diversos níveis e esferas das relações sociais para o estabelecimento de uma ordem que, em meio a confrontos e negociações, atenda aos princípios de um determinado seguimento desta sociedade.



Um estudo de caso que favorece uma concisa discussão sobre tais questões refere-se ao contexto de ocupação e desenvolvimento da Villa de Vassouras, ocorrido em torno de meados do século XIX, que em suas particularidades reproduzem aspectos recorrentes na “longa história da origem da responsabilidade”. (NIETZSCHE, 1998, p. 48). Neste período, tanto em uma conjuntura local como em um sentido mais amplo da sociedade brasileira, encontra-se uma circunstância que se pretende fundadora, seja pela criação da Villa de Vassouras ou na Independência do recém-instituído Império Brasileiro, imbricando rupturas e permanências nas esferas sociais, culturais, econômicas e políticas.

Esta localidade começa a despontar através do impulso da economia cafeeira a ocupação da região do Vale do Paraíba, que até então predominava entre os caminhos que anteriormente escoavam o ouro das Minas Gerais, além da presença de grupos indígenas, assim como colonos, em geral, com suas pequenas roças. Este novo modelo de ocupação deste espaço regional com base na agroindústria cafeeira e no trabalho escravo materializava a nova ordem em duas instâncias complementares: as fazendas, com suas particularidades familiares e produtivas, e as cidades, congregando as representações dos poderes político, jurídico e eclesiástico. Neste mesmo período, a independência do Brasil, dentro de tantos desafios das elites governantes, a construção de uma identidade que favorecesse a unidade nacional e aproximasse dos modelos de modernidade difundidos pelas principais potências europeias da época eram alguns dos aspectos que demandavam grande empenho.

Entre as décadas de 1840 e 1860 a riqueza gerada pelo café materializava-se no requinte e na ostentação das casas de vivenda dos grandes fazendeiros, no aumento significativo do contingente de escravos, na melhoria dos terreiros e demais equipamentos de produção. Discutia-se com empenho a chegada da ferrovia. No centro urbano eram erguidos os grandes casarões onde habitavam famílias de cafeicultores e capitalistas, como também o teatro, a Santa Casa de Misericórdia, a conclusão da Igreja Matriz, juntamente com jardins e chafarizes. O lugar passava a expressar de forma concreta as aspirações de modernidade na qual sua elite se vinculava.



Em meados da década de 1870 já começavam a aparecer sinais de decadência do modelo econômico fundamentado na produção cafeeira. Dentre os principais motivos estão o desgaste do solo devido à prolongada atividade da monocultura e à devastação das florestas, o aumento da concorrência da produção paulista, o endividamento de boa parte dos proprietários de terras e os recursos investidos no trabalho escravo, dentre outras circunstâncias. Na virada entre os séculos XIX e XX, os cronistas locais em suas narrativas apresentavam uma imagem da cidade pontuada pela nostalgia de um passado áureo.

Dentro da conjuntura apresentada, o que se pretende refletir neste artigo são alguns aspectos sobre a concomitante trajetória civilizadora dos grupos sociais e a configuração dos espaços onde se instauram seus modos de vida, observando as tendências e estratégias para a instituição de uma ordem, que implicaram constituir valores e perspectivas em comum para a afirmação das diferenças sociais.

Civilização e barbárie e a instauração da memória

Em geral, a imagem de um lugar vinculada ao passado, tende a evocar ideias e sentimentos de vínculos com as origens, sejam elas da nação ou de uma comunidade, que tocam afetivamente uma nostalgia daquilo que aparenta uma vivência comum que caracteriza a sociedade que cada indivíduo integra. Estes estados tornam-se de forma recorrente os fundamentos das concepções de identidade e pertencimento. Mas dentro de outra abordagem, uma das perspectivas mais polêmicas e inquietantes sobre a função originária da memória encontra-se nas reflexões de Nietzsche. Segundo Miguel Barrenechea (2005), o referido filósofo propõe que “a memória teve seu aparecimento devido a condicionamentos sociais” (p. 60), onde os grupos sociais estruturariam a partir de seus integrantes “essa importante relação básica, a do credor com seus devedores”, o filósofo reporta a pré-história, afirmando que sempre está presente ou sempre pode retornar. Nietzsche afirma que nesta trajetória da humanidade opera “a



tarefa de criar um animal capaz de fazer promessas, já percebemos, traz consigo, como condição e preparação, a tarefa mais imediata de tornar o homem até certo ponto necessário, uniforme, igual entre iguais, constante e portanto confiável” (NIETZSCHE, 1998, p. 48).

Neste sentido, Barrenechea (2005) afirma que para Nietzsche, “nos primórdios da civilização, o indivíduo, o animal humano, é um bicho que se esquece permanentemente” e “que a memória é criada, gerada e imposta socialmente, e não uma condição natural desse animal tão singular”. (p. 60). Assim, se viver em sociedade é intrínseco à condição humana, na instância que caracteriza os comportamentos coletivos, a memória institui-se como decorrência e consequência desta condição, que buscará condicionar os comportamentos para positivar seus sentidos também visando um futuro.

Uma das circunstâncias onde é possível propor uma analogia a este retorno a esta condição original são os contextos de transição na história, quando as tensões entre as rupturas e permanências remetem o processo de estruturação das sociedades a uma condição embrionária, no início de uma trajetória de construção e implementação dos dispositivos que consolidem e mantenham a ordem. Assim, de acordo com as narrativas que se pretendem oficiais, os primórdios da ocupação de Vassouras representam a sua própria pré-história, dotada de uma enorme gama de incertezas, adversidades, das diferenças entre os grupos que estavam se estabelecendo e da presença pujante dos ritmos da natureza.

Na natureza, a violência impera, a tendência a submeter e escravizar a dominar o alheio, o estrangeiro, impulsiona todos os seres. Tudo almeja digerir, eliminar aquilo que se lhe opõe. Não há limites para esta dinâmica sanguinária e cruel da vida; por sua vez, a harmonia, a paz, o equilíbrio são apenas o resultado de negociações temporárias de forças (BARRENECHEA, 2004, p. 144).

Essa região começou a ser ocupada através da abertura dos caminhos destinados ao escoamento do ouro de Minas Gerais pelos portos do Rio de Janeiro e Parati. Segundo Célia Muniz (1979, p. 52), “ao longo destes caminhos estabeleceram-se os primeiros povoadores e as primeiras propriedades e vilas, que cresceram e



transformaram-se, já no século XIX, em fazendas e cidades importantes graças à produção do café". Muniz (2005, p. 28) afirma também que neste “período, o Vale do Paraíba era considerado: ‘Certão ocupado por índios brabos’”. A ocupação dessa região implicou a paulatina expulsão ou confinamento de tribos de Puris e Coroados, enquanto se formavam as primeiras fazendas e povoados.

As primeiras fazendas da região originaram-se de forma simples, “quando apenas um punhado de colonos habitava o morro coberto de florestas primitivas e quando os primeiros fazendeiros podiam facilmente enxergar os limites de suas clareiras de milho, feijão e cana, do terraço de barro de sua modesta moradia” (STEIN, 1990, p. 27). Para Stein (1990), essa condição de isolamento influiria significativamente na esfera comportamental, pois “a falta de recursos nas cercanias e a necessidade de autossuficiência originaram a mentalidade característica do interior” (p. 49), que inclui uma condição cultural fechada e a solidariedade entre fazendeiros, colonos e sitiantes (CÂNDIDO, 2001).

Este contexto comporia uma possível seleção dos marcos e registros com os quais se estabeleceu um início da história do Vale do Paraíba, ou o que deu origem à formação das memórias históricas da região, que inclui o município de Vassouras. Trajetórias diferentes e anteriores, durante muito tempo não foram dignas de visibilidade e relevância. Este período da história local é nebuloso por poucos registros sobre indígenas e colonos – que posteriormente foram paulatinamente eliminados ou absorvidos por uma nova estrutura social. É a chegada dos “civilizadores” que se tornou a principal referência na formação identitária local, devido ao enaltecimento de sua condição desbravadora, constituindo fortunas, difundindo novos estilos de vida e implementando o modelo urbano da cidade. Durante muito tempo a história e as memórias fundadoras da identidade local enfatizaram o ideal de progresso através do que era significado como desenvolvimento ou decadência.



Memória, civilização e ordem social

O ideal de civilização não se limita a um conjunto de aparências e privilégios que demarcam as diferenças sociais, mas dispõe de raízes profundas e ambiguidades ao se pretender estabelecer como referência comum do comportamento social. Segundo Miguel Barrenechea (2004, p. 143), “Nietzsche vai sustentar que a “civilização”, incluindo as expressões que são consideradas como mais elevadas da humanidade, não se opõe às suas pulsões mais sanguinárias e cruéis”, mas de maneira oposta ao que aparenta, “toda forma societária se instaura a partir de instintos bestiais. Assim, a civilização repousa na barbárie ou, melhor ainda, não é possível distinguir os impulsos ‘civilizados’ das tendências ‘bárbaras’”. O enorme empenho nas sociedades, “em especial a dureza das leis penais nos dá uma medida do esforço que lhe custou vencer o esquecimento e manter presentes, nesses escravos momentâneos do afeto e da cobiça, algumas elementares exigências do convívio social”. (NIETZSCHE, 1998, p. 21).

Segundo Norbert Elias, ao analisar as transformações da nobreza guerreira do período feudal para a nobreza de Corte da Idade Moderna, o sociólogo destaca a introjeção de condutas.

O processo civilizador consiste, portanto, antes de tudo, na interiorização individual das proibições que, antes, eram impostas de fora, em uma transformação da economia psíquica que fortalece os sistemas de autocontrole exercidos sobre as pulsões e emoções e faz passar da coerção social [gesellschaftliche Zwang] à autocerção [Selbstzwang] (CHARTIER, 2001, p. 20).

Desta forma, um dos aspectos relevantes do processo civilizador é a aspiração à limitação das diferenças fomentadas pelas pulsões e emoções, onde a memória representa a interiorização de valores que fundamentam e normatizam as condutas e comportamentos sociais. Além disso, em cada contexto a perspectiva do processo civilizador adquire particularidades. No período de ocupação do Vale do Paraíba e implementação da economia cafeeira, os modelos de civilização estavam inseridos no conceito de modernidade vigente. Na segunda metade do século XIX, durante a Monarquia, a ideia de progresso estava incorporada ao ideal de civilização, não estando



“tão vinculada à ideia de desenvolvimento material, muito embora a contivesse”. (AZEVEDO, 2003, p. 89). Estes dois princípios promoviam “a articulação necessária entre o tradicional e o moderno, que buscava dotar a monarquia brasileira da universalidade e imparcialidade às vistas de sua sociedade, ao mesmo tempo em que a inseria em um movimento superior, meta-histórico”. (p. 90).

Desta forma, com o então recente rompimento com a condição colonial, “ao construir o Estado, portanto, aqueles homens teriam que se defrontar com uma realidade que tentarão ocultar por meio de alegorias, que simbolizavam os seus esforços no sentido de civilizar o País, criando um corpo sólido e político” (SANTOS, 2007, p. 61), onde a “organização política do estado nacional deveria corresponder uma produção simbólica que delineasse os contornos da nação e integrasse no mundo civilizado, segundo os parâmetros europeus”. (p. 60). Assim, “é este caminho que os intelectuais se constituirão em promotores da civilização, introjetando atitudes antes afeitas ao colonizador. Assumiam assim os construtores do Estado a missão de civilizar, ao mesmo tempo em que tentavam forjar a Nação”. (p. 61). A complexidade de tal implementação deste projeto de Nação, dentre outros aspectos, pela diversidade social e cultural, além da extensão territorial, está presente na percepção de seus idealizadores.

José Bonifácio, que foi uma das figuras fundamentais na implantação do projeto de império, numa carta de 1813 escrevera: “amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios etc., em um corpo sólido e político” (SANTOS, 2007, p. 61 apud SILVA, 1965, p. 226).

Sendo a escravidão um ponto determinante na instabilidade social, de acordo com os discursos de intelectuais, conselheiros e legisladores da época, as formas de violência física deveriam ser os últimos recursos para o restabelecimento da ordem social. Recomendavam-se ações de efeito preventivo e duradouro, com a intenção de atenuar a opressão da condição escrava, mas também buscavam influenciar os “maus senhores” a uma adequação de suas condutas para que as rebeliões não se difundissem pelas senzalas da região. (BRAGA, 1978, p. 65). No texto *Memória sobre a fundação de huma fazenda na Província do Rio de Janeiro*, publicado em 1947 por um importante senhor de terras do Vale do Paraíba, chamado Luiz Peixoto de Lacerda



Werneck, o então futuro Barão de Paty do Alferes, ele afirma que “nem se diga que o preto é sempre inimigo do senhor; isto só sucede com os dois extremos: demasiada severidade ou frouxidão excessiva, porque esta torna-os iracíveis ao menor excesso de um senhor frouxo, e aquela toca-os à desesperação” (BRAGA, 1978, p. 37).

Werneck propõe que “o fazendeiro deve, o mais próximo que for possível reservar um bocado de terra onde os pretos façam as suas roças, plantem seu café, o seu milho, feijões, bananas, batatas, carás, aipim, cana etc”. (p. 37). Tais considerações são reafirmadas em 1854 nas *Instruções para a comissão permanente nomeada pelos fazendeiros do município de Vassouras*, na qual a sexta recomendação afirma: “Permitir que os escravos tenham roças e que se liguem ao solo pelo amor a propriedade. O escravo que possui nem foge, nem faz desordens”. (BRAGA, 1978, p. 68). Tais aspectos reforçam a difusão de valores em comum, mas que são desfrutados de forma desigual. Werneck propõe também que tais produtos devem ser vendidos exclusivamente ao seu senhor e que o dinheiro deve servir para “comprar comida para seu regalo, sua roupa fina, de sua mulher se é casado, e de seus filhos”, devendo ser coibido severamente o gasto com bebidas alcoólicas. Ele aconselha que “essas roças e o produto que delas tiram fazem-lhes adquirir certo amor ao País, distraí-los um pouco da escravidão e entreter-se com esse seu pequeno direito a propriedade”. (BRAGA, 1978, p. 37). Outra recomendação relevante da Comissão Permanente de 1854 refere-se aos divertimentos:

Permitir ou mesmo promover divertimentos entre os escravos; privar dos passatempos o homem que trabalha de manhã até a noite, sem nenhuma esperança é barbaridade e falta de cálculo. Os africanos são apaixonadíssimos de certos divertimentos: impedi-los é reduzi-los ao desespero, o mais perigoso dos conselheiros. Quem se diverte não conspira. (BRAGA, 1978, p. 68 – grifos meus).

Werneck chama a atenção sobre os senhores que “tem o péssimo costume de não castigar a tempo e de estar ameaçando o escravo” (BRAGA, 1978, p. 37). Segundo o autor, “o negro deve ser castigado quando comete o crime: o castigo deve ser proporcional ao delito: ele que apanha, não esquece e corrige-se com esta pontualidade.



Fazei pois justiça reta e imparcial ao seu escravo, que ele, apesar de sua brutalidade, não deixará de reconhecer”. (p. 37). Em seu conjunto, são diferentes estratégias que visam a introjeção de valores comuns entre as diferentes condições sociais para que se tornasse “aceitável” pelos segmentos desprivilegiados a submissão.

A configuração dos espaços

Outro fator significativo na implementação da ordem social está na configuração dos espaços em seus aspectos urbanos e arquitetônicos. Uma peculiaridade de Vassouras é o fato de constituir-se em terras pertencentes à Irmandade Nossa Senhora da Conceição, composta pelas famílias mais abastadas da localidade que, em sua grande maioria, raras eram os que dispunham de origens aristocráticas, sendo fazendeiros que enriqueciam e alguns posteriormente receberiam títulos nobiliárquicos (STEIN, 1990). A cidade de Vassouras estruturou-se através da ação de famílias que estavam enriquecendo direta ou indiretamente com a lavoura do café, que incluíam além dos fazendeiros, os comerciantes, os comissários de café e os capitalistas. Silva Telles (1968) atribui esse desenvolvimento dentro de uma perspectiva urbana ao empenho dessas elites que, diferente de outras circunstâncias no próprio Vale do Paraíba – como em Paty do Alferes e São João Marcos –, “os fazendeiros do local repeliam a vila, ou apenas a toleravam” (p. 28). Outras classes também relevantes para o desenvolvimento local, mas de menor prestígio neste período, são os profissionais liberais de diversas áreas, dentre eles os médicos, advogados, tabeliães, professores. Mas a maior parte da população era composta por pobres de diversas origens e escravos (STEIN, 1990). Em relação aos processos de interação não apenas a cidade, mas também a própria “fazenda proporcionava o contato entre todas as classes sociais de Vassouras: os fazendeiros e seus escravos, os atacadistas e varejistas, advogados, médicos e os pobres livres”. (STEIN, 1990, p. 151).

Havia uma interação fundamental entre as fazendas – destacando seus aspectos produtivos e de geração de recursos – e a cidade como aglutinadora do comércio, da justiça, da religiosidade que predominava oficialmente, da política e da vida social. Em



marcha com o ideal de modernidade próprio da época, a cidade expressava uma vitalidade que imbricava aspectos rurais e urbanos. O ideal de modernidade estava também presente na configuração dos espaços através da arquitetura. Silva Telles (1968, p. 60) afirma que “as construções residenciais em Vassouras, recebem, na origem, influências das casas das fazendas de café, e das construções coloniais mineiras”. Em termos gerais, segundo o autor, no processo de elaboração do perfil arquitetônico local não há “uma unidade no tratamento plástico e nos detalhes” pelo fato de que a cidade se desenvolve em um período de transição de estilos, ou seja, “do barroco e rococó (colonial), de influência lusa, para o neoclássico, de influência principalmente francesa”. (SILVA TELLES, 1968, p. 82).

De certa maneira, há um propósito de ordenamento do espaço reproduzindo localmente os moldes do ideário nacional. Desta forma, a influência da Corte evidenciava-se na transformação do espaço urbano, dentre outros motivos, pela participação de algumas das famílias abastadas da cidade na política nacional, como também devido ao desenvolvimento econômico, que gerava recursos e promovia também a interação com os principais modelos de civilização do mundo na época. Nesta configuração dos espaços locais, estas famílias abastadas e que ocupavam os principais cargos jurídicos e administrativos da cidade tornavam-se os agentes e representantes locais do modelo de civilização e a representação do poder local, que inclui a estética de suas habitações e sua disposição no núcleo da cidade. Outro aspecto é a “forte tendência de centralização administrativa do país, com uma interferência crescente do Governo Provincial e da Coroa, nos assuntos municipais” que é registrada pelo envio de ofícios “com instruções e ordens de toda espécie e de vinda de fiscais e de engenheiros para orientação, programação e direção das obras públicas, quer provinciais, quer municipais”. (SILVA TELLES, 1968, p. 44).

Centro econômico da época, o Vale do Paraíba não ficou alheio às mudanças ocorridas na Corte. Na medida em que os senhores do café entravam em contato com o poder central e, principalmente, na medida em que o “barão” representava este mesmo poder, a tendência foi de absorção e a transposição dos comportamentos adotados no Rio de Janeiro. Esta transposição, feita na maior parte das vezes



simplificadamente, vai se deparar com comportamentos arquitetônicos anteriores, já enraizados de origem mineira de característica urbana. (ROCHA, 1984, p. 65).

A relação entre o local e a Nação complementam seus sentidos e reproduzem em diversas esferas uma ordem pautada em princípios comuns. Na diversidade de contextos e circunstâncias regionais da sociedade brasileira, a unidade nacional se impõe diante das diferenças, buscando limitar as aspirações por trajetórias próprias e a anomia, na qual uma esfera ideológica mais ampla anseia dar sentido a uma unidade nacional.

Considerações finais

Ao se refletir a partir de Nietzsche sobre a imbricação da civilização e da barbárie, torna-se evidente a incompletude da ordem social, assim como a assimetria e a tensão entre os discursos e as práticas. As narrativas deste passado tentam conferir certa coesão de sentidos, a partir de uma memória histórica que é difundida e apropriada coletivamente, que propiciam a construção de uma formação identitária local, destacando preferencialmente do passado os aspectos que afirmam a condição exemplar de civilização.

De certa maneira, tanto a memória histórica quanto as formações identitárias apresentam-se como construções discursivas posteriores sobre o passado local, integradas à tessitura da ordem que se pretende instaurar. A memória histórica, na perspectiva de Albuquerque Júnior (2007, p. 205), é elaborada a partir “de fatos convencionados como históricos que têm repercussões nas memórias pessoais e de grupos porque tem significado para eles. São aqueles fragmentos de História que são incorporados às memórias coletivas e individuais, servindo de marcos temporais”. De maneira complementar em relação à dinâmica e a fugacidade das identidades, segundo Sérgio Silva,

A formação identitária “eu-nós” constitui um processo interativo e dinâmico, sob a ótica social, cultural e política, relacionada ao posicionamento dos sujeitos no mundo e a composição de suas visões



dialógicas no mesmo. É este aspecto que convencionou o processo fluido da identidade nas lutas por reconhecimento e na leitura da realidade. (SILVA, 2009, p. 49)

Em relação a tais construções discursivas, enquanto indícios e significações parciais do passado, seu valor não está na representação de uma essência ou da natureza daqueles que viveram em um tempo e em um espaço, mas sim por revelar o dinamismo de uma sociedade, a partir da perspectiva da atuação de um determinado segmento da sociedade em disputa pela afirmação de uma narrativa hegemônica sobre este passado.

Estas apropriações e usos do passado são difundidas ressaltando um caráter formador e pedagógico: o passado local, com suas particularidades, está vinculado ao passado da nação e confere um sentimento de pertencimento que fundamenta um dos pilares da cidadania. Sem diminuir a importância constitutiva para os atuais modelos que operam as dinâmicas sociais em relação a esta forma de evocação e significação dos registros do passado, é importante que se possa também difundir a capacidade de reflexão sobre o que socialmente é posto aos sujeitos como referência de identidade. Desta forma, o que do passado é utilizado como estruturante da cidadania não fica restrito a um inventário ou a uma coleção de marcas e vestígios coletivamente impregnadas de afetos e sacralizadas pelos ideais. Mas tornam-se também questões vivas pela inquirição presente, sobre como o poder instituído e a ordem estabelecida realizam a atualização de sua legitimidade, naturalizando valores através da construção das narrativas sobre as memórias e as identidades.

BIBLIOGRAFIA:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru-SP: Edusc, 2007.

BARRENECHEA, Miguel Angel de. O aristocrata nietzsniano: para além da dicotomia entre a civilização/barbárie. In: LINS, Daniel; PELBART, Peter Pál (Orgs.). *Nietzsche e Deleuze – Bárbaros e Civilizados*. São Paulo: Annablume, 2004.



_____. Nietzsche e a genealogia da memória social. In: *O que é memória social?* GONDAR, Jô. DODEBEI, Vera. (Orgs.). Rio de Janeiro: Contra Capa; Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

CHARTIER, Roger. “Formação Social e Economia Psíquica: a Sociedade de Corte no Processo Civilizador”. In: ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Trad. Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1970.

_____. *A Sociedade dos Indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994.

_____. *Mozart: Sociologia de Um Gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

_____. *A Sociedade de Corte*. Trad. Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *Os donos da terra: um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba Fluminense no século XIX*. 1979. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.

_____. *Riqueza fugaz: trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras de Vassouras – 1820-1890*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2278>>. Acesso em: 10 out. 2010.

_____. *Memória e identidade*. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 28 abr. 2010.



ROCHA, Isabel. Arquitetura rural do médio Vale do Paraíba Fluminense no séc. XIX.
In: *Revista Gávea*, Rio de Janeiro: PUC-RJ, n. 1, 1984.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. A invenção do Brasil; Uma questão nacional?
In: *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: editora UFRJ,
2007.

TAUNAY, Affonso de E. *História do Café no Brasil: 1822-1872*. Vol. 7. Tomo 5º. Rio
de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

Fontes Primárias:

Instruções para a Comissão Permanente nomeada pelos fazendeiros do Município de
Vassouras. In: BRAGA, Greenhalgh H. Faria [compilação]. *Vassouras: História, Fatos
e Gente*. Rio de Janeiro: Ultra-sed Ed.,1978.

WERNECK, Luiz Peixoto de Lacerda. Memória sobre a fundação de huma fazenda na
Província do Rio de Janeiro. In: BRAGA, Greenhalgh H. Faria [compilação].
Vassouras: História, Fatos e Gente. Rio de Janeiro: Ultra-sed Ed.,1978.